



BR 116

Frentes parlamentares cobrarão remanejamento de recursos ao presidente Temer

O anúncio da liberação de R\$ 240 milhões para a conclusão da ponte do Guaíba é a prova de que o Ministério dos Transportes pode e deve remanejar recursos e complementar o orçamento das obras de duplicação da BR 116 entre Guaíba e Pelotas. Nesta segunda-feira (27), as frentes parlamentares pela conclusão da duplicação da BR 116 da Assembleia Legislativa e da Câmara Federal reuniram-se e decidiram incidir junto ao presidente Michel Temer e ao ministro Eliseu Padilha para cobrar a priorização que esta rodovia merece e necessita. É a maior obra de infraestrutura em andamento no RS, na estrada que mais mata no estado em colisões frontais. Foram 33 acidentes este ano, com 18 vítimas fatais.

O coordenador da frente estadual, deputado Zé Nunes (PT), observou que a medida demonstra a

desconsideração de um pleito e de priorização da BR". O parlamentar frisou que, em contrapartida, trata-se da prova cabal da possibilidade de remanejamentos e realocações de recursos no orçamento do Ministério dos Transportes. Ele observou que, por enquanto, o avanço a ser comemorado neste ano foi a destinação de R\$ 81 milhões à duplicação em 2018 por meio de emenda impositiva de bancada, garantida a partir da negociação estabelecida por meio da unidade regional em torno desta pauta.

Para o ano que vem, o Orçamento Geral da União prevê R\$ 45 milhões para a duplicação e R\$ 13 milhões para o entorno de Pelotas, além dos R\$ 81 milhões da emenda impositiva de bancada, totalizando R\$ 139 milhões. A expectativa era de pelo menos R\$ 150 milhões.

SAÚDE

Zé Nunes sugere repasses do Ampara para hospitais e prefeituras

Zé Nunes defendeu o repasse dos recursos do Fundo Ampara/RS, criado pelo governo do Estado junto com a aprovação do aumento das alíquotas de ICMS em meados de 2015, para a Atenção Básica em Saúde dos municípios. A medida, na opinião do parlamentar, amenizaria a crise no atendimento, uma vez que o estado deve R\$ 430 milhões para os programas de saúde de prefeituras e hospitais, de acordo com dados da Famurs.

O Fundo é composto pelo aumento de 2% no ICMS sobre bebidas alcoólicas, cigarros, cosméticos e prestação de serviço de TV por assinatura. Direcionado a ações de combate à pobreza, não foi repassado aos municípios. Até outubro deste ano, arrecadou R\$ 439 milhões, mas aplicou apenas R\$ 122,7 milhões, ou 26% do total.

"Há mais de R\$ 300 milhões que podem ser usados para cobrir parte do que o governo deve para a saúde



dos municípios. Os constantes atrasos nos repasses estão destruindo um sistema que levou anos para ser construído e deixando a população sem o atendimento básico", apontou Nunes.

Além de encaminhar um pedido formal de informações ao governo do Estado sobre a movimentação do Fundo, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente propôs a realização de uma audiência pública para discutir o tema.

ENERGIAS RENOVÁVEIS

Frente da Microgeração defende ampliação da isenção de ICMS para 5 MW



O segmento da micro e minigeração de energia renovável reivindica a ampliação da faixa de isenção de ICMS no Rio Grande do Sul para 5 megawatts. A proposta será encaminhada ainda este ano pela Frente Parlamentar em Defesa da Micro e Minigeração de Energia Renovável da Assembleia Legislativa à Secretaria Estadual da Fazenda. A deliberação foi adotada na última quarta-feira (22), em reunião da Frente coordenada pelo deputado estadual Zé Nunes (PT) e segue as alterações promovidas pela Resolução Normativa da ANEEL 687/2015, que aumentou o enquadramento de potência para a minigeração de 1 MW para 3 MW (fontes hídricas) e 5 MW (cogeração e demais fontes renováveis, onde está a fonte solar).

O Rio Grande do Sul aderiu ao Convênio do Confaz que permite conceder isenção de ICMS na compen-

sação de energia elétrica produzida por micro e minigeração. No entanto, o decreto estadual 52.964/2016 faz referência à faixa inicial fixada pela ANEEL, que definia a minigeração para menor ou igual a 1 MW. É preciso, portanto, processar essa adequação para estimular novas conexões, como já fez o Estado de Minas Gerais. "O caminho para o RS é ampliar a faixa de isenção acompanhando a resolução da ANEEL", observou Zé Nunes.

Ele é autor do Projeto de Lei 271/2015, que institui uma política estadual de incentivo à micro e minigeração distribuída de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica, eólica, biomassa e hidráulica no RS, aprovado na Comissão de Constituição de Justiça da Assembleia e apto à votação em plenário ainda sem data definida.

LEITE

Grupo de trabalho coordenado pelo deputado Zé Nunes reúne-se nesta quarta-feira

CONVITE PARA REUNIÃO



29/11

quarta-feira | 10h
Sala Alberto Pasqualini
4º andar da Assembleia
Porto Alegre

- Nova medidas do governo federal sobre a **importação do leite em pó do Uruguai**;
- **Decreto estadual nº 53.688** de 25 de agosto (Modifica o regulamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e internacional e de comunicação - RICMS), que vence em 30 de novembro;
- **Fundoleite/ IGL**

DEPUTADO ESTADUAL
ZÉ NUNES
DeputadoZeNunes